



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

**A Crítica ao Programa de Gotha e a Nova Política Econômica (NEP): uma reflexão
sobre a transição ao Socialismo**

*The Critique of the Gotha Programme and the New Economic Policy (NEP): a
reflection on the transition to Socialism*

Luiz Eduardo Simões de Souza; UFMA; luizedusouza@gmail.com

Eliziane Gava; USP; gava.eliziane@usp.br

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise do texto Crítica do Programa de Gotha, escrito por Karl Marx em 1875, com o objetivo de avaliar o movimento socialista da época, especificamente a social-democracia alemã. Essas notas têm como objetivo tecer uma reflexão sobre as contribuições teóricas de Marx e Engels em relação ao socialismo científico, à ditadura do proletariado e à transição econômica para o socialismo. Para isso, realiza-se uma comparação do texto de Marx com a Nova Política Econômica (NEP) instaurada na Rússia em 1921. O intuito é entender as concepções de Marx e as experiências econômicas de transição do capitalismo para o socialismo a partir da Revolução Russa (1917). A Crítica do Programa de Gotha é uma obra essencial, por trazer as anotações de Marx em um programa partidário socialista que versam a construção do socialismo científico e de uma sociedade socialista. Além disso, a comparação com a NEP destaca a importância de entender os interstícios para a construção de uma sociedade socialista.

Palavras-Chave: Karl Marx; Socialismo Científico; Crítica do Programa de Gotha; Nova Política Econômica (NEP)

ABSTRACT: This work presents an analysis of the text "Critique of the Gotha Program," written by Karl Marx in 1875, with the aim of evaluating the socialist movement of the time, specifically German social democracy. These notes aim to reflect on the theoretical contributions of Marx and Engels regarding scientific socialism, the dictatorship of the proletariat, and the economic transition to socialism. To



achieve this, a comparison is made between Marx's text and the New Economic Policy (NEP) implemented in Russia in 1921. The goal is to understand Marx's conceptions and the economic experiences of transitioning from capitalism to socialism based on the Russian Revolution (1917). "Critique of the Gotha Program" is an essential work as it presents Marx's annotations on a socialist party program that addresses the construction of scientific socialism and a socialist society. Furthermore, the comparison with the NEP highlights the importance of understanding the intricacies involved in building a socialist society.

Palavras-Chave: Karl Marx; Scientific Socialism; Crítica do Programa de Gotha; New Economic Policy (NEP)

1. Introdução

O problema da transição do capitalismo para o socialismo faz parte do ideário do socialismo científico desde o século XIX, a partir das críticas às desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista. Isso se reconhece já nos escritos de Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895), ao elaborarem planos de ação para a superação da economia capitalista, principalmente através das discussões da Associação Internacional do Trabalho (AIT), depois intitulada de I Internacional (1864-1876), fundada com este propósito.

O tema perpassou também a II Internacional (1889-1914), tendo seu ponto culminante com a Revolução Russa (1917), como extensão da experiência anterior da Comuna de Paris (1871) de implantação do socialismo.

Ele se apresenta, ainda, como objeto de discussão na III Internacional (1919-1943), aparecendo recorrentemente pelo movimento revolucionário ao redor do mundo ao longo do século XX, com experiências como a Revolução Chinesa (1949), os processos de independências na Ásia e na África (1945-1970) e a Revolução Cubana (1959). Trata-se, assim, de uma das questões fulcrais do século XX, como aborda o historiador Eric Hobsbawm (1995) em sua *Era dos Extremos*. A Guerra Fria (1951-1991) teve como uma de suas pautas de embates ideológicos justamente o problema da transição do capitalismo para o socialismo.



A *Crítica do Programa de Gotha* é, nesse sentido, um dos textos essenciais de Marx para tratar desta questão, como nos aponta Secco (2005), “[...] na famosa Crítica do Programa de Gotha, Marx ocupou-se, de maneira comedida, da descrição da futura sociedade comunista”. (SECCO, 2005, p. 7). Foi escrito e expedido em 1875 como um apanhado de observações críticas ao plano partidário de unificação do Partido Operário Social-Democrata e União Geral Operária Alemã - Programa de Gotha - juntamente com uma carta aos líderes. O programa foi elaborado para o Congresso de Gotha, realizado entre 22 e 27 de maio de 1875, que resultou no Partido Operário Socialista da Alemanha (SPD). A crítica tratava-se de observações de Marx sobre o projeto de um partido socialista, que embasava as ações práticas para a implantação do socialismo.

Marx e Engels tinham sido apontados, por Bakunin e a ala anarquista no Congresso de Haia da AIT (1872), como “responsáveis de tudo o que acontecia na Alemanha no movimento operário”. Nas notas da *Crítica do Programa de Gotha*, Engels aceita o disparate dos anarquistas, devolvendo-o como em várias ocasiões do debate político: “(...) era de esperar, portanto, que nos fosse atribuída a secreta paternidade deste programa” (MARX, 2012, p. 18). É provável que por essa razão, Marx considerasse essencial fazer críticas ao programa, o qual terminou, de toda forma, sendo aprovado no Congresso sem as mudanças sugeridas por Marx. Engels somente as publicaria em 1891, às vésperas do Congresso de Erfurt, que pretendia substituir o Programa de Gotha.

Quando de seu lançamento, a *Crítica do Programa de Gotha* receberia a oposição de parte da social-democracia alemã, mas foi considerada um documento programático do movimento socialista internacional pelo partido alemão e socialistas de outros países. A *Crítica do Programa de Gotha* é composta por quatro partes. Na primeira parte, Marx analisa os princípios teóricos do comunismo a serem adotados pelo programa. Na segunda e terceira parte, Marx faz uma crítica aos objetivos do manuscrito e na última parte segue com a crítica, porém agora voltada para a parte programática de ações.

Por sua vez, a Nova Política Econômica (NEP) constituiu a principal inflexão da política econômica desde a Revolução Russa (1917), com aberturas ao capitalismo. Considerada um divisor de águas entre o que teria sido o “comunismo de guerra



internacionalista” e depois o “socialismo em um só país”, a NEP marca um momento em que se tornou necessário à então maior experiência de socialismo revolucionário fazer concessões econômicas, depois de enfrentar a guerra internas, contra o ocidente capitalista (1918-1921) e diante da pressão das milícias em ascensão do nazifascismo, em plena “Era da Catástrofe” (HOBSBAWM, 1995).

O objetivo deste artigo, assim, é realizar uma reflexão sobre a transição da teoria à práxis da construção do socialismo a partir de uma sociedade capitalista, através da análise de dois momentos em que isso se impôs como condição objetiva. Para tanto, realiza-se uma análise da *Crítica ao Programa de Gotha*, abordando suas principais contribuições para a teoria política e econômica, em uma análise comparativa com a Nova Política Econômica (NEP). Dessa forma, este artigo está dividido em cinco seções principais. Na segunda seção, posterior a esta introdução, apresentam-se alguns conceitos teóricos de Marx que são relevantes para a compreensão da obra. Na terceira seção, analisam-se as principais propostas do programa do SPD, avaliadas à luz das principais críticas de Marx à visão política e econômica dos líderes da social-democracia alemã, incluindo suas reflexões sobre a necessidade de uma transformação socialista da sociedade. Numa quarta seção, é realizada uma comparação das propostas do Programa de Gotha com a Nova Política Econômica (NEP), adotada por Lênin, poucos anos após a Revolução Russa de 1917. Essa comparação, a princípio espúria, por tratar-se de algo entre uma proposta de política econômica e uma política econômica efetivamente adotada se dá, para os fins da discussão proposta neste artigo, pela validade da comparação entre propostas de transição do capitalismo ao socialismo em uma etapa posterior à tomada do poder pelas forças populares. Algumas considerações finais fazem um balanço comparativo.

2. Fundamentação Teórica e Conjuntura Histórica

A proposta de “socialismo científico” de Marx e Engels se dá a partir de um desenvolvimento histórico do “socialismo utópico”, o qual foi reunido por Engels em um conjunto de pensadores que, desde o século XVI, apresentavam-se como críticos ao capitalismo e sua consequente exploração do trabalho, geradora de desigualdade social.



Essa conceituação vem desde o *Manifesto Comunista*, de 1848. Mas a definição mais acabada do socialismo científico aparece em uma obra de Friedrich Engels de 1880, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, para quem este deveria ser situado na realidade e dessa forma, convertido em ciência, na forma do materialismo histórico-dialético a partir dos filósofos antigos gregos, principalmente Aristóteles e Heráclito:

Quando nos detemos a pensar sobre a natureza, ou sobre a história humana, ou sobre nossa própria atividade espiritual, deparamo-nos, em primeiro plano, com a imagem de uma trama infinita de concatenações e influências recíprocas, em que nada permanece o que era, nem como e onde era, mas tudo se move e se transforma, nasce e morre. Vemos, pois, antes de tudo, a imagem de conjunto, na qual os detalhes passam ainda mais ou menos para o segundo plano; fixamo-nos mais no movimento, nas transições, na concatenação, do que no que se move, se transforma e se concatena. (ENGELS, 2005, p. 58)

O princípio do estudo das contradições para a análise da realidade foi restaurado por Georg H. Friedrich Hegel (1770-1831) na filosofia moderna alemã com o clássico *Ciência da Lógica* (1812-1816). Marx e Engels caminharam no sentido de superar a concepção dialética idealista hegeliana para o materialismo, concentrada na *Crítica da Filosofia de Hegel* de 1843-44. Para isso, se basearam no ateísmo humanista antropológico, a ação humana como religião/amor sexual, de Ludwing Feuerbach (1804-1872), para depois superá-lo nas *Teses sobre Feuerbach*, de 1845:

Com isto, desapareceu, portanto, da [sua] filosofia o último resto do seu carácter revolucionário, e permanece apenas o velho refrão: amai-vos uns aos outros, caí nos braços uns dos outros, sem diferença de sexo e de estado [*Stand*] — o devaneio da reconciliação universal! (ENGELS, 1982, p. 51).

Explicar a realidade capitalista de maneira contraditória na forma de luta de classes, entretanto, exigia fazer uma crítica da vigente economia política ou nacional, representada principalmente por David Ricardo (1772-1823) e Adam Smith (1723-1790). Engels em seu *Esboço de uma crítica da economia política* de 1844 teoriza: “A economia política surgiu como consequência natural da expansão do comércio e, com ela, um elaborado sistema de fraudes consentidas, uma completa ciência a favor do enriquecimento substituiu a troca simples, não-científica.” (ENGELS,



1979, p. 02). Marx, suscitado pelas ideias de Engels, escreve os *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, seguidos dos manuscritos, *Grundrisse* em 1857-1858 e da *Contribuição à crítica da Economia Política* de 1859, que deram origem a obra chave dessa temática, *O Capital: Crítica da Economia Política* de 1867 e 1861-1879.

Com isso, Marx e Engels formaram não apenas uma teoria, mas um conjunto de práticas voltadas para organização do movimento operário mundial a fim de construir uma transformação radical na estrutura social, visando a instauração de nova forma de organização social. A partir da Liga dos Justos, fundada em 1832 pelos socialistas utópicos, Marx e Engels têm seu programa, o *Manifesto do Partido Comunista*, aprovado no II Congresso de Londres em 29 de novembro e 08 de dezembro de 1847 da então intitulada Liga dos Comunistas. O proletariado, nesse sentido, como classe social teria que se tornar consciente de sua exploração e se organizar politicamente para fazer a revolução e estabelecer a ditadura do proletariado, um período de transição entre a sociedade capitalista e a comunista. Na introdução da edição de 1891 do texto *A Guerra Civil na França*, panfleto de Marx sobre a Comuna de Paris, Engels afirma ser a Comuna a Ditadura do Proletariado. Nele a Comuna é descrita como “governo da classe operária”, “emancipação econômica do trabalho”, “órgão de trabalho – e não um órgão parlamentar – executivo legislativo ao mesmo tempo” e:

Queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é comunismo, o “irrealizável” comunismo! (MARX, 2011, p. 59-60).

A fundamentação teórica, assim, está centrada na compreensão do pensamento de Marx e Engels acerca do socialismo científico, do papel do proletariado na revolução e na construção do socialismo, e do conceito de ditadura do proletariado. A partir dessas premissas teóricas, o texto/documento *Crítica do Programa de Gotha*, se insere na conjuntura histórica de debate sobre como implantar a ditadura do proletariado e assim fazer a transição econômica do capitalismo para o socialismo. O texto se além às discussões internas e orientativas não apenas do movimento operário alemão como da Associação Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional, que organizava os



movimentos proletários a nível mundial. Foi escrito em um período de efervescência política e social, de unificação da Alemanha pelo “Chanceler de Ferro” Otto von Bismarck (1815-1898), que lutou contra o avanço do movimento operário. Tornando a unificação dos partidos operários no Congresso de Gotha indispensável para juntar forças.

Marx, contudo, argumentava que o programa partidário se baseava em concepções inadequadas do socialismo, vindas da corrente lassaliana da União Geral Operária, quanto a concepção de trabalho, de salário e de Estado. Defendiam, no Programa de Gotha, um Estado Democrático Burguês no lugar da Ditadura do Proletariado. É um esforço de Marx para aprimorar os conceitos fundamentais do socialismo científico, com objetivo de orientar as práticas do movimento operário.

Já a NEP,¹ aprovada em março de 1921 durante o X Congresso do Partido Comunista Russo, se insere em uma conjuntura histórica 46 anos após a escrita e 30 anos após a publicação das críticas ao programa partidário dos operários alemães de Marx. Neste meio tempo, a social-democracia havia assumido como ala majoritária dentro da II Internacional, pressupunha mudanças ao longo do tempo dentro do capitalismo, até as condições necessárias favoráveis se apresentassem para alcançar o socialismo. Com a possibilidade da eclosão de uma guerra mundial diante do capitalismo imperialista, entretanto, uma ala formada principalmente por Vladimir Lênin (1870-1924) e Rosa Luxemburgo (1871-1919), propunha nos Congressos de Stuttgart em 1907, Copenhague em 1910 e Basileia em 1912, transformar a guerra em insurreições revolucionárias no caminho para implantar a ditadura do proletariado.

Antes na Rússia em 1905, no levante conhecido como “Domingo Sangrento”, Lenin já evidenciava a linha de tomada de poder pelos trabalhadores, ao se emancipar da social-democracia e defender a “ditadura revolucionária democrática do proletariado e dos camponeses”. Com a deflagração da guerra mundial em 1914, seu programa tinha em mente levar ao fim a revolução burguesa na Rússia e construir uma revolução

¹ A expressão *Nova Política Econômica* (NEP) para designar principalmente a substituição da requisição de produtos do campo pelo imposto em espécie, segundo Carr (1979), parece ter surgido somente em maio de 1921 em uma resolução, mas ainda não era de uso corrente.



proletária mundial. Consolidada com a Revolução Russa de 1917 com o estabelecimento de um governo operário e a possibilidade de uma nova internacional, a III, apenas consolidada em 1919 (GETZLER, 1985, p. 26-33).

A guerra contra a Rússia comunista pelo ocidente capitalista após o fim da guerra provocou crises de abastecimento interna, perda da população e oposição menchevique com exigência de instituições da democracia liberal, consequentemente contra ditadura do proletariado. Neste cenário, a repressão da revolta camponesa de Kronstadt em março de 1921, juntamente com o avanço das milícias reacionárias anticomunistas nazifascistas fazem com que o Partido Comunista propunha uma nova política econômica, a NEP, com concessões capitalistas. A comercialização para os camponeses foi permitida, houve autorização para abertura de pequenas empresas particulares e entrada de capital estrangeiro para reconstruir o país (CARR, 1979).

No texto *Esquerdismo, a doença infantil do comunismo*, documento base para o II Congresso da III Internacional em 1920, Lênin (1980) aponta para a necessidade do centralismo democrático para expulsar elementos da social-democracia e os esquerdismos - entendidos como tomada do poder impaciente - mas ao mesmo tempo conquistar as massas e empregar várias frentes de luta com métodos legais e ilegais. As concessões capitalistas tanto políticas quanto econômicas não poderiam perder de vista a ditadura do proletariado e o comunismo, como estratégia para dar “um passo para trás para dar dois para frente.”

A partir deste momento o problema da consciência de classe necessária para a transição do capitalismo para o socialismo se torna central. A expansão das forças internacionalistas para o oeste europeu traria algumas reflexões adicionais à questão do papel da social-democracia na construção do socialismo. Lukács abordará em seu livro *História e Consciência de Classe* (2003) em 1923, os aspectos contingenciais dos mediadores políticos social-democratas, liberais ou fascistas. Depois Gramsci em 1926, preso pelo regime fascista italiano, nos *Cadernos do Cárcere* (1980) formulou sua famosa fórmula sobre a existência de “guerras de movimento e guerras de posição”, fazendo referência ao comunismo de guerra e depois as guerras com concessões ao



capitalismo.

3. Análise da Crítica do Programa de Gotha

O texto é uma crítica ao programa de unificação do partido operário alemão, o qual defendia um Estado Democrático Burguês, posição considerada reformista em relação ao socialismo. Marx (2012), a partir dos trechos do *Programa de Gotha*, critica os princípios, os objetivos e ações programáticas para a transição do capitalismo para o socialismo, que na sua concepção deve se dar através da ditadura do proletariado. Divide a crítica em 4 partes. Na primeira, aborda o conceito de trabalho não como fonte de toda riqueza, mas como “exteriorização de uma força da natureza”, a qual é fonte dos valores de uso, da riqueza material. Atribuir o trabalho como fonte de riqueza levaria à concepção burguesa de “*uma força criadora sobrenatural*”, sobre a qual deve se possuir alguma propriedade ou tornar-se escravo de outros que são proprietários das condições objetivas.

O conceito de sociedade estaria baseado na ideia de trabalho que traz proveito, contudo Marx (2012) atenta que na sociedade se pode viver de ociosidade em referência a Rousseau. Na natureza há trabalho que traz proveito. O proveito do trabalho, segundo o *Programa de Gotha*, aparece como pertencente a todos os membros da sociedade. Marx (2012) enfatiza que essa concepção leva a pensar que ao trabalhador individual só cabe manter a sociedade, como referência às proposições dos “defensores do estado da sociedade na altura”. Assim, Marx (2012) concorda que o trabalho apenas como trabalho social se torna fonte de riqueza e de desigualdade, cabe aqui quebrar essa “maldição histórica” na sociedade capitalista.

O conceito de trabalho social, produtor de mais valor, já havia sido desenvolvido amplamente no primeiro volume da sua obra *O Capital*, na crítica à teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo. O mais valor gerado pelo trabalho excedente na exploração da classe trabalhadora gera a acumulação de capital, conseqüentemente desigualdade social, então se explicaria a riqueza social.



Os meios de trabalho estão no *Programa de Gotha* como “monopólios da classe dos capitalistas”. Sobre isso, Marx pontua que é monopólio não apenas dos capitalistas, mas dos proprietários fundiários, que são a base do monopólio do capital. Isso será profundamente desenvolvido no livro 3 do *O Capital* sobre o desenvolvimento das formas da renda fundiária, que dão a posse sobre a natureza, pelo quais os meios de produção se desenvolvem. Marx argumenta que Lassalle “melhora” o texto do Estatuto da Internacional para não atacar os proprietários fundiários, base do poder da unificação na Alemanha.

Sobre a repartição justa do provento do trabalho a partir da regulamentação cooperativa, Marx (2012) enfatiza que a definição “provento do trabalho” é vaga e culmina na bandeira e palavra-chave lassalliana do partido no “provento não reduzido do trabalho”, aquele que leva em conta os que não trabalham na sociedade. Agora, se levar em conta que esse provento é no sentido de produto, então, temos provento cooperativo, o produto social total. Sobre este aspecto há uma rica simulação de como repartir o produto social total nestes termos, quanto ao “provento não reduzido do trabalho”:

Em primeiro lugar: cobertura para reposição dos meios de produção gastos.
Em segundo lugar: uma parte adicional para expansão da produção.
Em terceiro lugar: um fundo de reserva ou de seguro contra acidentes, perturbações por fenómenos naturais, etc. (MARX, 2012, p. 25).

Determinado a partir da “grandeza segundo os meios e as forças disponíveis” e não a partir da justiça. Destaca a visão equivocada dos socialistas alemães sobre a igualdade, que, na perspectiva de Marx (2012), não deveria ser entendida como igualdade absoluta, mas sim como um processo histórico de eliminação das desigualdades sociais. Depois, há a parte destinada aos meios de consumo:

Em primeiro lugar: os custos de administração gerais, não directamente⁽⁶²⁾ pertencentes à produção. [...] Em segundo lugar: o que está destinado à satisfação comunitária de necessidades, como escolas, serviços sanitários, etc. [...] Em terceiro lugar: fundo para os incapazes de trabalho, etc, para o que hoje pertence à chamada assistência aos pobres oficial. (MARX, 2012, p. 26).

E por último a repartição entre os produtores individuais. Provento não reduzido do trabalho ou do trabalho em geral perde então o sentido, porque os



produtores não trocam seus produtos na forma monetária e o trabalho não aparece como valor nos produtos. É importante levar em consideração como uma sociedade comunista sai da sociedade capitalista e ainda está carregada de marcas. O direito igual no fim da repartição está, portanto, ainda sob princípios burgueses, a proporcionalidade da divisão medida pelo fornecimento de trabalho não leva em conta as diferenças:

[...] um trabalhador é casado, o outro não; um tem mais filhos do que o outro, etc, etc. Com um rendimento de trabalho igual — e, portanto, com uma participação igual no fundo social de consumo — um recebe, pois, de facto, mais do que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. Para evitar todos estes inconvenientes, o direito, em vez de igual, teria antes de ser desigual (MARX, 2012, p. 28).

É sobre essas premissas que Marx escreve a célebre máxima da sociedade comunista: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 28). O socialismo, no entanto, girando em torno apenas da distribuição dos meios de consumo, não leva em conta a repartição das condições de produção, da socialização dos meios de produção.

Marx (2012) argumenta que ao colocar todas as outras classes como uma massa reacionária frente a classe operária, o programa lassalliano não considera suas diferenças ou conflitos no curso da história. A burguesia é revolucionária diante dos feudais e dos estados médios; os artesãos, pequenos industriais e camponeses podem se unir à classe operária. Isto demonstrava a aliança do programa com absolutistas e feudais contra a burguesia, propriamente a intenção lassaliana de não desagradar a Bismarck. Com isso, Marx (2012) retoma princípios da luta entre as classes do *Manifesto do Partido Comunista*, no qual se concentra na luta de classes como força motriz da história e na necessidade da tomada do poder político pelo proletariado.

Sobre o conceito de internacionalismo, Marx (2012) critica a posição do Programa sobre o Estado nacional. Para ele significa dar ênfase à política de Bismarck para o Império Alemão. A “fraternidade internacional dos povos” transporia o limite da especificidade de Marx que a entenderia nas bordas das classes operárias. A extensão às classes dominantes estaria mais próxima do plano de Bismarck.



Na segunda e terceira partes, Marx (2012) faz uma análise dos objetivos do programa a partir dos princípios apresentados. Primeiro sobre o fim do sistema assalariado, juntamente com a “Lei de Bronze do Salário”, que preconizava que os salários dos trabalhadores oscilavam entre mínimo físico e mínimo social, indiferente dos esforços despendidos pelos proletários:

o socialismo não pode suprimir a *miséria, fundada na Natureza*, mas apenas *universalizá-la*, [apenas a pode] repartir, simultaneamente, por toda a superfície da sociedade! (MARX, 2012, p. 32).

Assim, para Marx (2012) não se trata de abolir a lei, o sustento máximo baixo, mas de abolir as diferenças de classes e conseqüentemente, a “desigualdade social e política que delas surge”.

Depois, há uma crítica à organização socialista do trabalho sob as cooperativas com ajuda do Estado e controle democrático dos trabalhadores. Para Marx (2012), a organização socialista surge do processo de transformação revolucionária da sociedade e não da ajuda do Estado, com cooperativas independentes de criação dos operários. E por fim, na quarta e última parte, Marx (2012) critica os conceitos de Estado e democracia, a partir da ideia que Estado é diferente nos diversos países, mas sob o solo da sociedade burguesa moderna. Entre a transformação do sistema de Estado e a sociedade comunista estaria a ditadura revolucionária do proletariado, e não a democracia sob o sufrágio universal, a legislação direta, o direito do povo ou exército do povo. Elas seriam reclamar uma república democrática, pela qual dentro do Estado do Império prusso-alemão não se tem coragem.

Por sua vez, no *Manifesto Comunista*, a ditadura do proletariado se apresenta como centralização dos elementos da produção nas mãos do Estado de forma racionalizada e consciente, o plano comum louvado na *A Guerra Civil na França*, a planificação, depois tornando o Estado supérfluo. Dez medidas eram apontadas no *Manifesto*, desde abolição da propriedade privada da terra, o imposto progressivo sobre o rendimento, a abolição da herança, confisco da propriedade dos emigrados e rebeldes, a centralização do crédito através de um banco nacional, dos meios de transporte e da



comunicação nas mãos do Estado, extensão da propriedade estatal das fábricas e meios de produção, trabalho obrigatório, combinação do trabalho agrícola e industrial, educação gratuita e abolição do trabalho infantil. Tornou-se hábito, no entanto, os partidos sociais-democratas trabalharem com o programa mínimo do *Manifesto*, as demandas imediatas dos trabalhadores, na impossibilidade de realizar o programa máximo, as aspirações revolucionárias.

Quanto às ações programáticas mínimas do *Programa de Gotha*, Marx (2012) sugere que, além de educação gratuita, deve existir justiça criminal gratuitamente. Pontua que a educação popular pelo Estado é totalmente diferente de nomear o Estado educador do povo. Mais ainda, é de excluir igualmente o governo e a igreja de toda a influência da escola. O programa, assim, seria um compromisso com a “crença servil da seita de Lassalle no Estado” e com a “crença democrática em milagres”. Crítica os preceitos liberais de liberdade de consciência não ultrapassados no programa e por fim, as leis do trabalho. Exige que na limitação do trabalho das mulheres deveria aparecer a duração, pausas, etc para não significar exclusão. No trabalho das crianças deveria aparecer o limite de idade e o avanço da discussão da proibição pelo argumento da instrução, a possibilidade de denunciar inspetores, não tratar como gado os reclusos criminalmente pela aplicação do trabalho produtivo e encerra destacando que leis de responsabilidade civil não devem aparecer somente quando prescrições são infringidas.



4. Uma comparação com a NEP

Com a análise da *Crítica ao Programa de Gotha*, podemos notar que Marx tinha uma visão crítica do socialismo de seu tempo, especificamente com relação à social-democracia alemã, movimento surgido a partir da ascensão da Associação Geral dos Trabalhadores por Lassalle na década de 1860. Após se fundir com o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, a defesa de uma democracia burguesa até que se tivesse as condições necessárias para atingir o socialismo se tornou chave. Seria o programa mínimo do *Manifesto Comunista*, em defesa das demandas imediatas dos trabalhadores, principalmente relacionadas às leis trabalhistas e ao sufrágio universal. Este posicionamento também foi considerado reformista.

Marx, entretanto, defendia que o socialismo científico deveria ter como base a ditadura do proletariado e conseqüentemente, o fim da exploração da classe trabalhadora, através da extinção das relações sociais produtivas do capitalismo. Nisto, defendia desde o *Manifesto Comunista* a extinção da propriedade privada, impostos sobre rendimentos, centralização dos transportes, da comunicação, do crédito, das fábricas e meios de produção em geral nas mãos do Estado, além da integração da distribuição entre o trabalho agrícola e industrial. Uma economia centralizada, racionalizada e planejada que deveria rumar para a socialização dos meios de produção nas mãos dos trabalhadores, tornando o Estado supérfluo. *Crítica ao Programa de Gotha* evidencia a luta de Marx para estabelecer um socialismo coerente com os princípios do socialismo científico.

Ao analisarmos a NEP (Nova Política Econômica), podemos notar que ela foi adotada na Rússia em 1921, após a Revolução de Outubro (1917) que implementou políticas da ditadura do proletariado, e se estendeu até 1928. A NEP foi uma tentativa de implementar uma economia mista na Rússia, combinando elementos do socialismo e do capitalismo. Carr (1979) divide a NEP em cinco setores econômicos: indústria, trabalho e sindicatos, comércio e distribuição, e finanças. Seriam os pilares das transformações econômicas da Revolução Russa para a transição para o socialismo.



Na agricultura, a Revolução Russa realizou a reforma agrária, ao expropriar terras que estavam sob relações feudais, garantindo aos camponeses suas exigências de conquista de terras individuais, o sonho da propriedade privada. Essa seria a estratégia para conseguir o apoio dos camponeses e depois rumar para as “quintas-modelo”, com extinção da propriedade privada e trabalho comum dos trabalhadores agrícolas em grandes unidades tecnológicas de produção para garantir o fornecimento de alimentos. Sem elas a Rússia caminhou para uma crise de abastecimento. Os camponeses que produziam excedentes se negavam a entregar seus alimentos, ou mesmo sequer semeá-los, para a troca com produtos da indústria, optando por reservá-los para a especulação.

Com o comunismo de guerra (1918-1920) tentou-se recolher os alimentos, contudo, a indústria era incapaz de fornecer o equivalente em artigos manufaturados. O resultado foi a sublevação camponesa que levou ao fortalecimento de uma Guerra Civil (1918-1921) promovida pelos “brancos”, desejosos pela restauração da monarquia, e com apoio dos países capitalistas da antiga aliança Entente da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o fim da Guerra Civil, o país estava devastado e era urgente estimular a produção agrícola. A NEP, portanto, teve como principal ponto restabelecer o apoio dos camponeses com a liberação para comercialização. Se substituiu a requisição de excedentes - uma tentativa de troca racionalizada entre campo e cidade, em que as relações monetárias perdiam sua força - para o imposto em espécie e estimulava as trocas monetárias.

Na indústria, o controle pelos operários passou por uma tentativa de planificação, a produção coordenada por órgãos centrais para o interesse comum através de uma política de nacionalizações. As recusas do alto escalão das fábricas para abandonar a especulação monetária com a ineficiência da classe operária para gerir levaram a uma produção escassa. O Capitalismo de Estado foi o caminho encontrado para modernizar a Rússia através do controle dos monopólios da produção. A NEP diante da fome trouxe a concorrência ilimitada e a produção dividida em unidades separadas.



No âmbito do trabalho e dos sindicatos, o impacto da Revolução Russa trouxe a implantação das leis trabalhistas e rumou-se para a igualdade salarial. Como a produção não era suficientemente abundante, a igualdade possível era sob critérios em uma escala salarial com substituição progressiva do pagamento em dinheiro para o em espécie. O recrutamento para o trabalho ou para a Guerra Civil tornou estas condições mais aplicáveis diante de um cenário duro. A militarização do trabalho, contudo, criou controvérsias sindicais. Com a escassez de gêneros de alimentos foi impossível manter as distribuições e o trabalho obrigatório. Os preços de mercado, assim como os salários monetários foram gradualmente restabelecidos. As consequências da NEP apareciam no desemprego de operários.

No comércio e na distribuição, a Revolução herdou uma crise alimentar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e tentou solucioná-la com base nas sociedades de consumo em cooperativas. Com a guerra, o comércio exterior praticamente cessou e depois, seu controle foi nacionalizado. O tratado de paz de saída da Rússia da guerra, Brest-Litovsk (1918), fecha as possibilidades de comércio com os países nos quais se lutava a guerra ao lado, pela acusação de abandono, ao mesmo tempo fortaleceu o comércio com o outro lado, a Alemanha. A crise econômica mundial pós guerra e a necessidade de estabilização levaram à efetivação dos acordos anglo-soviéticos no final de 1920. A NEP, meses mais tarde, permitiria a troca privada sem regulamentação nacional do comércio exterior.

Nas finanças, a Revolução trouxe a nacionalização dos bancos, a anulação de obrigações financeiras dos governos anteriores russos, a cessação de emissões de papel moedas, reformas fiscais, imposto sobre a propriedade, equivalentes aos artigos de luxo, reforma sobre o imposto de rendimentos e cessação do mercado financeiro. As dificuldades no comunismo de guerra, no entanto, incentivaram a emissão de notas em excesso e promoveram a desvalorização da moeda. A unidade de trabalho passou a vigorar como elemento de troca, depois precedido pela crise de fome que estabeleceu a NEP com a volta do crédito e das poupanças, bem como a circulação monetária.



Diante destes aspectos, a NEP pode ser vista como uma tentativa de conciliar as ideias socialistas com as dificuldades econômicas encontradas para a transição do capitalismo para o socialismo. Desde a prática camponesa de especulação e comércio, a falta de conhecimento dos operários para o controle e gerência dos meios de produção, a não disposição de produção em abundância para a igualdade salarial, o boicote do comércio exterior capitalista demonstrando a necessidade de um socialismo mundial até os desafios com a abolição das relações monetárias.

Comparando a *Crítica do Programa de Gotha* com a NEP, podemos notar que ambas tentaram estabelecer uma relação entre socialismo e economia de mercado. Enquanto Marx contrapunha a social-democracia, para o esclarecimento dos pressupostos da ditadura do proletariado como uma etapa necessária para a construção de uma sociedade socialista, a NEP foi uma tentativa de transição para o socialismo através de uma economia mista, depois de passar por dificuldades práticas para sua implantação. Enquanto a *Crítica do Programa de Gotha* são anotações sobre o programa de um partido socialista, a NEP se baseava em uma abordagem pragmática de uma revolução e implantação da ditadura do proletariado em um país, tendo em vista as condições econômicas e políticas da Rússia pós-revolucionária.

A NEP, assim como a *Crítica do Programa de Gotha*, buscou uma solução para os problemas econômicos do socialismo diante de uma economia de mercado regulada pelo Estado. Visavam criar as bases para uma economia socialista mais forte no futuro. Ao permitir a existência de pequenos negócios privados, a NEP esperava atrair investimentos e tecnologias que pudessem ajudar na modernização da economia socialista.

É possível fazer um quadro comparativo:

Quadro Comparativo entre a Crítica do Programa de Gotha e a Nova Política Econômica (NEP)

Aspectos Analisados	A Crítica do Programa de Gotha	NEP
Conjuntura Histórica	Elaborado em 1875. A Alemanha se consolidava como	Implantada em 1921. Grave crise econômica na União



	uma potência industrial. Burguesia alemã em ascensão. Movimento operário em processo de formação e organização.	Soviética. A Guerra Civil e o embargo econômico dos países capitalistas prejudicaram a economia soviética.
Concepção de Socialismo	Crítica a transição pacífica do capitalismo para o socialismo por meio de reformas políticas e econômicas graduais. Apenas alcançado por meio de uma revolução proletária, que estabeleceria a ditadura do proletariado.	Política de recuo na implantação da ditadura do proletariado. Permitiu que o mercado e a iniciativa privada existissem em um período de transição para o socialismo. O Estado mantinha o controle sobre os setores mais importantes da economia.
Propriedade dos Meios de Produção	Expropriação da propriedade privada dos meios de produção com a socialização dos mesmos, ou seja, a propriedade coletiva dos mesmos pelos trabalhadores, sem a transferência para o Estado.	A propriedade dos meios de produção continuou nas mãos do Estado. Mantinha o controle sobre os setores mais importantes da economia, como a indústria pesada, enquanto permitia a iniciativa privada em setores menores e menos estratégicos.
Distribuição de Renda	Igualitária. Levando em consideração as diferenças de habilidades, necessidades e produtividade entre os trabalhadores.	Agricultores privados vendiam seus produtos no mercado livre e as pequenas empresas privadas mantivessem seus lucros. Volta do salário monetário.
Papel do Estado	Estado forte, centralizado e dirigido pelo partido socialista, dissolvido com o fim da ditadura do proletariado.	O Estado manteve seu papel central na economia, controlando os setores mais importantes e regulando o mercado. Abertura para a iniciativa privada em setores menores.

Fonte: elaboração autoral.

É importante ressaltar que ambas as propostas foram elaboradas em momentos históricos distintos e em conjunturas políticas e econômicas diferentes, separados por um período de 46 anos de desenvolvimento da teoria e prática marxista no que concerne a transição do capitalismo para o socialismo. O que influencia na sua concepção e implementação.



A *Crítica ao Programa de Gotha* pouco depois da Comuna de Paris (1871) e do fracasso das revoluções de 1848 na Europa, em um momento em que o movimento operário, bem como os partidos socialistas e o socialismo científico ainda estava em formação. Já a NEP foi implementada em 1921, após a Revolução de Outubro (1917) e a Guerra Civil Russa, em uma conjuntura de reconstrução em um país de economia agrária, capitalismo atrasado e de busca por alternativas para a implementação da ditadura do proletariado. Ambas previam a socialização dos meios de produção em condições práticas diferentes.

A comparação entre a *Crítica do Programa de Gotha* e a NEP não deve ser encarada como uma disputa entre dois modelos econômicos de transição. Foram elaboradas em momentos históricos diferentes e devem ser analisadas à luz dessas condições. Ainda assim, a comparação entre as duas propostas pode nos ajudar a compreender as diferentes formas de implementação do socialismo ao longo da história.

5. Considerações finais

A *Crítica ao Programa de Gotha* de Marx foi um importante documento para o desenvolvimento do pensamento socialista e para a crítica aos partidos operários em formação, principalmente a social-democracia. Ao destacar as inconsistências do *Programa de Gotha*, Marx reafirmou a importância do papel revolucionário do proletariado e da necessidade da ditadura do proletariado para a construção do socialismo.

Além disso, a comparação com a NEP nos mostra as diferenças entre uma crítica a um partido operário em um país em unificação conservadora e capitalismo tardio, a Alemanha, e uma abordagem pragmática do socialismo, depois de um processo revolucionário e tentativas para implantação da ditadura do proletariado em um país de economia agrária, a Rússia. Foram tentativas de estabelecer uma relação entre socialismo e economia de mercado.

Na Alemanha, Marx criticava a aparente aliança do partido operário com os proprietários fundiários, que davam base para a formação do Império Alemão. Sob os



pressupostos de um Estado forte e centralizado, em que ao partido proletário caberia a construção de um controle democrático dos trabalhadores sob cooperativas e reivindicação de demandas imediatas em torno das leis trabalhistas e acesso à educação. Se tratava dos percalços da revolução burguesa via unificação prussiana, ou chamada revolução pacífica, modernização conservadora, de acordo com proprietários fundiários e a monarquia.

Na Rússia, a economia basicamente agrária tornava a questão camponesa o principal problema da revolução proletária, da transição para a ditadura do proletariado e posteriormente, para o socialismo. Com a NEP, teve que se permitir a comercialização para os camponeses, garantir a propriedade privada e retomar as relações monetárias, não sendo possível avançar para as quintas-modelos, a socialização dos meios de produção agrícolas. Um novo reafirmar do acordo com a propriedade fundiária para evitar a restauração da monarquia. Portanto, podemos afirmar que *a Crítica ao Programa de Gotha* e a NEP representam momentos importantes na história do socialismo, pois nos ajudam a compreender as tensões e contradições que existiam entre as ideias socialistas e as realidades econômicas da época. Compreender a complexidade e as dificuldades envolvidas na construção do socialismo.

Para Carr (1979, p. 295-306), as medidas econômicas do comunismo de guerra entre 1918-1920, após a Revolução Russa, seria uma experiência de primeiros passos na transição do capitalismo para o socialismo, ou seja, da ditadura do proletariado. A coletivização da terra, os conselhos de operários nas indústrias, o sistema de troca racional entre campo e cidade, diminuição das relações monetárias e os salários em espécie podem ser elencados. O atraso econômico que teria sido um trunfo com a aliança dos camponeses contra o regime feudal, também tornou a construção socialista extremamente difícil, por não conter a base sólida capitalista e democrática que a teoria marxista de um modo geral considerava indispensável. Porém, uma base feudal em vias de modernização capitalista, como era o caso da Alemanha na época da unificação, apresentava a formação de partidos operários sociais-democratas como opção viável.



A visão da sociedade comunista de Marx (2012) na *Crítica do Programa de Gotha*, em que as forças produtivas terão seu ápice e as riquezas existirão em abundância e então, “a sociedade será capaz de inscrever no seu estandarte: 'De cada um conforme as suas capacidades, a cada um conforme as suas necessidades’”, exigia o desenvolvimento das forças produtivas. Para isso, a experiência da Revolução Russa adotou um capitalismo de Estado pelas dificuldades de gerência da classe trabalhadora, com um Estado forte e centralizado. Marx na *Crítica*, alertou sobre o perigo da ajuda estatal e a importância do papel dos proletários na socialização dos meios de produção.

Essas experiências e a NEP na União Soviética mostraram que a construção do socialismo não se dá de forma linear e que é necessário enfrentar as dificuldades inerentes ao processo de transição. A comparação entre a *Crítica do Programa de Gotha* e a NEP permitiu perceber as diferenças e semelhanças entre as estratégias adotadas em cada caso, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre os caminhos possíveis para a construção de uma sociedade socialista.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARR, E. H. A Revolução Bolchevique, 1917-1923. Porto: Afrontamento, 1979. v. 2
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Centauro, 2005.
- ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. In: Revista Temas de Ciências Humanas. Tradução de Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã. Lisboa: Avante - Edições Progresso, 1982.
- GETZLER, I. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. In: HOBBSAWM, E. (Ed.). História do Marxismo V : o marxismo na época da Terceira Internacional - a revolução de outubro o austromarxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. Vp. 25–74
- GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HOBBSAWM, E. Era dos Extremos: o breve século XX, 1917 - 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOWARD, M. C.; KING J. E. A History of Marxian Economics, 1883-1929. Princeton Univ Press, 1989.
- LENINE, V. Obras escolhidas de Lenine. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. A guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I : o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro II: processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NOVE, A. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBBSAWM, E. (Ed.). História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional - a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. VIIp. 105–136.
- SECCO, L. . O problema da transição na crítica do programa de Gotha. Revista de Economia Política e História Econômica (São Paulo) , v. 3, p. 5-19, 2005.